

Mais de cem empresas formam coalizão para combater violência contra mulheres

Iniciativa foi assinada nesta quinta-feira, em São Paulo, e inclui organizações como Magazine Luiza, Amil e Google. Ideia é transformar a cultura dentro do ambiente corporativo, de modo a identificar melhor o problema e facilitar denúncias

(O Globo, 30/08/2019 - acesse no site de origem)

Por trás dos números de violência, há [mulheres que trabalham e escondem de colegas e chefes as agressões sofridas dos companheiros em casa](#). Também há homens que, longe do ambiente profissional, revelam-se agressores das esposas. Chegar a esses relatos muitas vezes é difícil, mas a abertura de empresas para discutir o tema e facilitar o caminho da denúncia pode ajudar a combater o problema.

Nesse esforço, mais de cem empresas se uniram e assinaram em São Paulo, nesta quinta-feira, um documento no qual se comprometem a formar uma coalizão pelo fim da violência contra mulheres e meninas. Na prática, CEOs e representantes de grandes organizações se dispuseram a construir meios de apoio a funcionárias e colaboradoras vítimas de violência doméstica e, também, a transformar a cultura dentro do próprio ambiente corporativo.



Ana Carolina Querino, representante interina da ONU Mulheres Brasil; Daniela Grelin, diretora executiva do Instituto Avon; José Vicente Marino, presidente da Avon e Mafoane Odara, gerente do Instituto Avon, no evento que marcou coalizão de combate à violência contra a mulher. Foto: Arte sobre foto de divulgação

Empresas serão acompanhadas por dois anos

A iniciativa é coordenada pela Avon e pelo Instituto Avon, que acompanharão as mudanças dentro das empresas por dois anos, com o apoio da ONU Mulheres. A ideia, segundo os responsáveis, é garantir um ambiente seguro de trabalho para as mulheres, sem assédio sexual e moral, com suporte a vítimas de violência doméstica e mudança da educação organizacional.

O projeto inclui propostas como a formação de grupos de trabalho sobre o tema dentro das empresas, a indicação de lideranças de referência no ambiente corporativo em casos de denúncia, campanhas de engajamento e a criação de canais de denúncia, seja por telefone ou online.

“Tivemos que demitir dois gerentes. Eles tinham atingido meta no trabalho, mas descobrimos que agrediam as mulheres em casa. Metemos a colher, sim.”

LUIZA HELENA TRAJANO, dona da rede Magazine Luiza

À frente da rede de varejo Magazine Luiza, Luiza Helena Trajano lembrou, no evento, que embora se dedicasse a causas de mulheres, só “acordou” realmente para o combate à violência depois que uma funcionária reconhecida na empresa foi assassinada pelo companheiro.

Hoje, a rede tem linhas de denúncias para as colaboradoras e, no aplicativo de compras, incluiu um botão que conecta mulheres ao número 180, a central de atendimento à mulher em situação de violência.

— Criamos um comitê para discutir o tema, desenvolvemos uma campanha e começamos a discutir o assunto dentro da empresa — disse Luiza. — Mesmo assim, com todo esse engajamento, tivemos que demitir dois gerentes. Eles tinham atingido meta no trabalho, mas descobrimos que agrediam as mulheres em casa. Metemos a colher, sim.

A Magazine Luiza é uma das signatárias da iniciativa, ao lado de outras empresas como Amil, Cargill, Dow, Google, IBM Brasil, Mary Kay, Sodexo e WalMart.

— Estamos nos valendo do poder de mudança das empresas e de executivos para coordenar esforços neste tema e transformar vidas — afirma José Vicente Marino, presidente da Avon. — Só tem um jeito de não perceber esse problema: não prestar atenção.

Agressões geram 1 em cada 5 faltas no trabalho

As mulheres representam 60% da força de trabalho nacional. Além do impacto que a violência produz na vida delas, as agressões também influenciam a capacidade de trabalho, o estresse e o salário em comparação a mulheres que não sofrem agressões. Uma em cada cinco faltas no trabalho é motivada por agressões ocorridas no ambiente familiar.

Para a representante interina da ONU Mulheres Brasil, Ana Carolina Querino, a coalizão formada nesta quinta-feira é positiva por levar o debate e a ações concretas de prevenção à violência contra a mulher para dentro das empresas.

— Os efeitos das situações de violência vividas nos ambientes laboral, incluindo assédio sexual e moral, e doméstico, também afetam significativamente a produtividade das mulheres vítimas, aumentando a urgência de compromisso das empresas com o tema. Seja pelo seu papel no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e agenda de direitos humanos das mulheres, como também por uma questão de negócios, já que as empresas deixam de contar com pleno potencial das suas trabalhadoras — afirma Ana Carolina.

Além da assinatura da carta de fundação da coalizão, as empresas receberam no evento uma agenda com próximos passos do plano de trabalho, que serão coordenados pelo Instituto Avon.

Uma primeira reunião está prevista para setembro e, em outubro, começará um mutirão de campanha dentro das empresas, seguido de treinamentos e capacitação dos funcionários indicados pelas empresas participantes do acordo.

Por Elisa Martins

ONU Mulheres abre convocação para prêmio de publicidade não sexista

Agências de publicidade e anunciantes de toda América Latina e Caribe são convidados pela ONU Mulheres a inscrever, até 6 de setembro, campanhas originais, empáticas e estratégicas que transformam os estereótipos de gênero.

Poderão participar as campanhas produzidas e veiculadas entre 1º de agosto de 2018 e 6 de setembro 2019, que tiveram como objetivo posicionar produtos e/ou serviços em qualquer formato comunicativo: TV, rádio, jornalismo impresso ou plataformas digitais, entre outras.

(ONU, 19/08/2019 - acesse no site de origem)

Agências de publicidade e anunciantes de toda América Latina e Caribe são convidados pela ONU Mulheres a inscrever, [até 6 de setembro](#), campanhas originais, empáticas e estratégicas que transformam os estereótipos de gênero.

Poderão participar as campanhas produzidas e veiculadas entre 1º de agosto de 2018 e 6 de setembro 2019, que tiveram como objetivo posicionar produtos e/ou serviços em qualquer formato comunicativo: TV, rádio, jornalismo impresso ou plataformas digitais, entre outras.

Esta 4ª edição do prêmio “De Igual para Igual” abre, pela primeira vez, a categoria “Marcas ou Anunciantes”, para reconhecer a consistência na transformação de uma marca que aposta cada vez mais em superar a discriminação, prevenir e eliminar a violência de gênero e promover a igualdade entre mulheres e entre homens e mulheres.

As campanhas de maior destaque serão eleitas por um júri e serão reconhecidas em 2 de outubro deste ano na Conferência Latino-americana +Cartagena 2019, festival de publicidade latino-americano, realizado na Colômbia. Serão entregues três premiações “De Igual para Igual”: para agências e marcas, escolhidas pelo júri, e de campanha sob decisão do público.

Inscrições

A agência publicitária ou anunciante pode enviar spot ou campanha que colabore para romper estereótipos de gênero ou para promover os direitos das mulheres. A inscrição deve ser feita

na plataforma www.premiosdeigual.com, de acordo com critérios de participação.

As candidaturas devem ser apresentadas na plataforma até as 23h59 (horário de Bogotá, Colômbia) de 6 de setembro de 2019.

Premiação

Os prêmios são uma iniciativa da ONU Mulheres Colômbia em parceria com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que busca promover e destacar novas narrativas publicitárias e de mercado sobre os papéis que desempenham homens e mulheres na sociedade.

A seletiva se iniciou no ano de 2016. Ao longo de três edições, mais de 100 campanhas de toda a região foram inscritas. Entre as premiadas, estão produções publicitárias inovadoras relacionadas às mudanças na representação dos papéis de homens e mulheres como um compromisso com a igualdade de gênero e a eliminação dos estereótipos.

[ONU Mulheres e UNOPS assinam acordo para fortalecer a abordagem de gênero na gestão pública](#)

Cooperação entre as duas agências abarca projetos de infraestrutura, compras públicas e gerenciamento de projetos que implementam em parceria com os governos da região

A ONU Mulheres, Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, e o Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos (UNOPS) assinaram um acordo para fortalecer a colaboração em suas atividades a favor da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres na América Latina e no Caribe.

[\(ONU Mulheres, 08/08/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O acordo entre as duas organizações foi assinado na Cidade do Panamá por Maria-Noel Vaeza, diretora regional da ONU Mulheres para as Américas e o Caribe; e Fabrizio Feliciani, diretor regional para a América Latina e o Caribe do UNOPS, na última sexta-feira (2/8).

O acordo assinado facilitará a implementação de ações conjuntas, o desenvolvimento de capacidades e o intercâmbio de boas práticas para fortalecer a incorporação da perspectiva de gênero e a paridade de ambas as agências e de suas respectivas atividades na América Latina e no Caribe. A ONU Mulheres e o UNOPS se complementarão por seu conhecimento e experiência na inclusão da abordagem de gênero em projetos de infraestrutura, compras públicas e gerenciamento de projetos que implementam em parceria com os governos da região.

O empoderamento das mulheres aparece como uma questão chave e transversal na [Agenda](#)

[2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#) e é um elemento indispensável promover o acesso aos direitos humanos de mulheres e meninas e impulsionar o progresso em cada um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Notavelmente, o [ODS 9](#) tem como um de seus objetivos “desenvolver infraestrutura confiável, sustentável, resiliente e de qualidade, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com ênfase especial no acesso equitativo e acessível para todas e todos”.

Este objetivo é central, pois muitas vezes as necessidades de mulheres e meninas não são incorporadas nos projetos de desenvolvimento e infraestrutura. Isso resulta em marginalização e discriminação, o que afeta seu acesso à segurança e o pleno exercício de direitos, bem como sua capacidade de contribuir igualmente para a sociedade.

Maria-Noel Vaeza, diretora regional da ONU Mulheres, ressaltou que: “Este acordo é um passo importante em nosso trabalho conjunto sobre desenvolvimento sustentável e empoderamento das mulheres e, em particular, para contribuir para a transformação da maneira como planejamos e administramos a infraestrutura de nossas sociedades para que todas as pessoas possam contribuir e se beneficiar dela, especialmente mulheres e meninas. Da ONU Mulheres estamos trabalhando com todas as agências das Nações Unidas para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o que só será possível com a liderança, participação total e contribuição de todas as mulheres”.

Por sua parte, Fabrizio Feliciani, diretor regional do UNOPS, disse o seguinte: “Incorporar a perspectiva de gênero nos programas e projetos do setor público não é apenas uma necessidade imperativa de se embarcar no caminho da igualdade. Também é algo muito prático multiplicar as conquistas, eficiências e efetividade do que fazemos. Como líderes, o que temos a fazer é explicar a todos que, se a perspectiva de gênero for melhorada em cada programa público: será mais bem-sucedida, será mais eficaz, certamente mais eficiente! Temos que descartar do inconsciente coletivo que ‘temos que fazer um favor às mulheres’: o que temos que explicar é que temos que colocar o enorme potencial das mulheres em ação para ter programas bem-sucedidos. É por isso que, para o UNOPS, a inclusão da perspectiva de Gênero e Diversidade é fundamental em nossa abordagem de gestão pública justa e equitativa”.

Parceria no Brasil - No Brasil, a ONU Mulheres e o UNOPS desenvolvem duas ações importantes. A primeira delas é a [campanha digital #MulheresNaInfra](#), realizada desde março nas redes sociais, em seguimento ao tema “Proteção Social, Serviços Públicos e Infraestrutura” da 63ª Sessão da Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres, ocorrida neste ano. O objetivo da campanha #MulheresNaInfra é chamar a atenção para a atuação de mulheres profissionais na área de infraestrutura e informar sobre como o investimento em infraestrutura pode contribuir para promover a igualdade de gênero.

Além disso, para este segundo semestre, está previsto o lançamento de um manual com diretrizes para o planejamento de parques diversos e inclusivos, que contempla os temas infraestrutura e parcerias público-privadas (PPPs). O material está sendo elaborado a partir de experiência no município de Porto Alegre.

Lei Maria da Penha, 13 anos: direito de viver sem violência, por Maria Noel Vaeza

Apesar dos avanços, feminicídio cresce e preocupa

Quando uma mulher é agredida, a sociedade é agredida. Esta é uma consciência em construção no mundo e mobiliza a energia de mulheres e homens há gerações, fazendo avançar leis, políticas, recursos e serviços especializados para o fim da violência contra as mulheres.

(Folha de S.Paulo, 07/08/2019 - acesse no site de origem)

No Brasil, há 13 anos a Lei Maria da Penha é amparo legal para [salvar incontáveis vidas de mulheres no ambiente doméstico e familiar](#), embora milhares tenham sido vítimas fatais do machismo.

Desde os anos 1980, o Brasil tem avançado na criação de mecanismos, normas e serviços especializados. Dessa forma, o Estado brasileiro cumpre seus compromissos internacionais com os direitos humanos das mulheres, como a Convenção Belém do Pará, que completa 25 anos em 2019. A Lei Maria da Penha é um exemplo disso e fruto do trabalho conjunto entre poder público e movimento de mulheres.

Nesse período, debates sobre violência se popularizaram e temas foram revelados, tais como [feminicídio](#), assédio sexual e violência contra as mulheres em espaços públicos. Vozes plurais das mulheres sobre dores e superações romperam silenciamentos. Transparência de dados, visibilidade de casos, campanhas e mobilizações on-line abriram os olhos de milhões de pessoas, despertando atenção aos primeiros sinais da violência.

Contudo, é [crescente o número de mulheres assassinadas](#). Segundo o Atlas da Violência de 2019, 4.963 brasileiras foram mortas em 2017: maior registro em dez anos. A taxa de assassinato de mulheres negras cresceu quase 30%, enquanto a de mulheres não negras subiu 4,5%. Entre 2012 e 2017, aumentou 28,7% o número de assassinatos de mulheres na própria residência por arma de fogo. Esta realidade é um novo chamado à ação para aprimorar a prevenção da violência contra as mulheres num horizonte de impedir agressões, torturas e feminicídios.

A América Latina e o Caribe têm altos índices de violência e letalidade de mulheres e meninas. [No Brasil, ocorrem quase metade das mortes na região](#). Resolver este problema é agir para a implementação adequada da Lei Maria da Penha por meio de políticas públicas que contemplem a diversidade das mulheres, orçamento à altura, mecanismos de gestão e monitoramento eficazes, dados estatísticos confiáveis, recursos humanos especializados capacitados e serviços de apoio às mulheres em plena operação até os rincões.

A conta é simples: se a violência aumenta, mais investimentos são necessários para a proteção social, tais como prevenção, acolhimento, justiça e reparação, conforme as recomendações da 63ª Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres, ocorrida neste ano.

Um ponto de partida é avaliar como as mulheres da periferia, rurais e comunidades

tradicionais acessam a Lei Maria da Penha. É preciso saber quais são e como agem os elementos que fazem com que a violência ocorra mais cedo e perdure nos relacionamentos. É conhecer as vulnerabilidades das mulheres negras, indígenas, jovens, idosas, deficientes, lésbicas, bissexuais, [trans, entre outras](#), e as ameaças concretas à condição e à liberdade delas como sujeitas de direitos.

Estes 13 anos oportunizam análises maduras. Desde o início, a Lei Maria da Penha estimula novos modos de agir do poder público, respostas integradas, continuidade de investimentos e diálogo com a qualificada colaboração dos movimentos de mulheres ao tema, acumulada há mais de 40 anos.

Viver sem violência é direito de mulheres e meninas. É base para o desenvolvimento e a sustentabilidade. É ação para o presente e o futuro de igualdade em que as mulheres e meninas acessem seus direitos sem que nenhuma delas fique para trás.

Por Maria-Noel Vaeza, diretora regional da ONU Mulheres para Américas e Caribe

Mulheres negras destacam papel dos objetivos globais na eliminação do racismo

As mulheres negras são 55,6 milhões de pessoas no Brasil. Representam 25% da população e compõem um dos grupos mais vulneráveis ao racismo, machismo e outras formas de discriminação. Os efeitos dessas desigualdades impedem que elas vivenciem direitos em todo o ciclo de vida, porque não acessam ou acessam pouco as oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental oferecidos à população brasileira.

(ONU, 29/07/2019 - acesse no site de origem)

Reconhecendo as mulheres negras como sujeitas de direitos e sujeitas políticas, a ONU Mulheres Brasil desenvolve, desde março de 2017, a estratégia de comunicação e advocacy Mulheres Negras Rumo a Um Planeta 50-50 em 2030 em parceria com organizações e entidades nacionais do movimento de mulheres negras para resposta às demandas da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, ocorrida no ano de 2015.

Parceira da sociedade civil representada no Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030, a ONU Mulheres Brasil apoia estratégias para avançar a resposta do país em relação às metas da Agenda 2030 e seus [17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(ODS\)](#).

“Assim que os ODS foram anunciados pelos países, percebemos que outra vez as mulheres negras e os grupos vulneráveis estavam de fora desse debate. (...) Vimos que era necessário que novamente as mulheres negras tomassem rédeas desse processo”, considera Lúcia Xavier, integrante do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030, parceira da ONU Mulheres Brasil, e coordenadora de Criola - Organização de Mulheres Negras.



Lúcia Xavier em diálogo sobre ODS articulados com as dimensões de gênero e raça. Foto ONU Mulheres | Mayara Varalho

Segundo Lúcia, os ODS trazem desafios práticos e mensuráveis para a inclusão social da população negra por meio de metas e indicadores de progressos que visam monitorar investimentos, avaliar políticas e inovações para eliminar desigualdades.

“Para que essa agenda se afine um pouco mais é preciso divulgar não somente os ODS, mas as possibilidades de incorporação das mulheres negras nesse processo. Talvez a maneira mais concreta de fazer isso seja (...) olhar os ODS como uma oportunidade e enegrecê-los a ponto de poderem dar resposta às condições da população negra e das mulheres negras”, diz Lúcia Xavier.

Para Clátia Vieira, também integrante do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030 e coordenadora do Fórum Nacional de Mulheres Negras, um dos momentos importantes de abordagem os ODS com foco no enfrentamento das desigualdades de gênero e raça foi no Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 Anos: contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, ocorrido em dezembro de 2018, em oficina com cerca de 40 lideranças nacionais e estaduais além de mulheres negras da Colômbia e do Uruguai.

“Embora a gente tenha uma representação nacional, é sempre bom ouvir, apresentar os ODS para quem não conhecia. E foi muito boa a dinâmica de as pretas se colocarem a partir dos 17 ODS, falando sobre a região onde vivem e militam e fazer propostas. A oficina trouxe uma demanda para a nossa agenda. Se a gente está falando de uma pauta de mulheres negras, a gente não tem o porquê de ficar isolada numa decisão”, avalia Clátia Vieira.

No Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 Anos, duas oficinas abordaram os ODS e a Década Internacional de Afrodescendentes – uma para lideranças nacionais e estaduais e outra para comunicadoras e ciberativistas –, atividades conjuntas do Comitê Mulheres Negras 2030, ONU Mulheres e organização do encontro nacional.

“Foi um primeiro momento de aproximação das organizações de mulheres negras organizadas sobre um conjunto de ferramentas de direitos acordados até 2030. Estes direitos apontam uma oportunidade para o enfrentamento do racismo e da dívida histórica do nosso país com as mulheres negras. Essa é uma agenda já consolidada e com um conjunto de informações e o que falta ser feito daqui para frente”, conta Lúcia Xavier.

Ana Lúcia Pereira, integrante do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030 e componente da Agentes de Pastoral Negros, considera que “a forma como nós falamos sobre os ODS é um tanto distante das mulheres”. E constata a necessidade de inovar nas maneiras de abordagem das mulheres negras, um dos grupos mais vulneráveis às desigualdades sociais.

“Na oficina, cada mulher negra falou do lugar onde está qual dos objetivos que ela se identificava. Foi interessante porque ela percebeu que ela já trabalha esses ODS e pode contribuir conosco para que possamos identificar onde podemos estar e de que forma podemos fazer essa troca de conhecimento, sendo que a oficina foi apenas um exemplo de tudo aquilo que pode ser realizado.”

Pluralidade e inovação

Na visão da especialista em educação, gênero e relações raciais Suelaine Carneiro, facilitadora da oficina com lideranças nacionais e estaduais do movimento de mulheres negras, “os 17 objetivos dizem respeito a desafios para o planeta”. “Essa permanência da feminização da pobreza em famílias de mulheres negras é um desafio gigantesco a gente ter um outro planeta em 2030. A paridade de gênero e o enfrentamento ao racismo são agendas que se apresentam decisivas para a gente ter uma nova condição social em todos os países desse mundo”.

De acordo com Suelaine Carneiro, é fundamental a inclusão das mulheres negras no conjunto de parcerias destacadas para a implementação dos ODS não somente pela vulnerabilidade delas, mas pela capacidade de inovação que suas visões de realidade e mobilização social em comunidades pode agregar aos esforços do Brasil com o desenvolvimento sustentável.

“O que as mulheres negras discutem são as condições sociais da população brasileira, em particular as condições do grupo mais vulnerável que são as mulheres negras. Elas trazem pluralidade para pensar política pública, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Década Internacional de Afrodescendentes e o compromisso global para reversão das condições sociais da população negra”, alerta.

A jornalista Cleidiana Ramos, facilitadora da oficina com comunicadoras e ciberativistas, resalta os desafios trazidos pelas novas tecnologias e tendências no ambiente digital. “A gente está numa segunda fase de revolução digital que mexe com linguagens, e a gente tem vários desafios. O principal talvez é como a gente consegue falar para o nosso público a partir de formas em que mudam as próprias formas de relacionamento com as plataformas”.

Ramos lembra que as mídias digitais ainda têm vasto potencial a ser explorado em termos de mapeamento e produção de conteúdos. “Quando utilizamos algumas dessas ferramentas, vimos que discussões sobre documentos-chave, como os documentos da Conferência de Durban e ODS, eles estavam praticamente ausentes do mapeamento em ambiente digital. É uma amostra do quanto a gente tem que estar conversando. a gente tem que estar se conectando e pensando em como aprofundar os nossos conteúdos. Mesmo que de uma forma leve, a gente não pode perder essas referências que qualificam esse debate”.

Mulheres Negras nos ODS

As mulheres negras são 55,6 milhões de pessoas no Brasil. Representam 25% da população e compõem um dos grupos mais vulneráveis ao racismo, machismo e outras formas de discriminação. Os efeitos dessas desigualdades impedem que elas vivenciem direitos em todo o ciclo de vida, porque não acessam ou acessam pouco as oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental oferecidos à população brasileira.

Reconhecendo as mulheres negras como sujeitas de direitos e sujeitas políticas, a ONU Mulheres Brasil desenvolve, desde março de 2017, a estratégia de comunicação e advocacy Mulheres Negras Rumo a Um Planeta 50-50 em 2030 em parceria com organizações e entidades nacionais do movimento de mulheres negras para resposta às demandas da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, ocorrida no ano de 2015.

Por meio do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030, as ações são desenvolvidas junto a parcerias governamentais, do setor privado, da academia e diferentes

setores da sociedade em apoio ao mandato da ONU Mulheres no país de apoio à implementação dos ODS. Em abril de 2019, o Comitê se reuniu, na Casa da ONU, em Brasília, para avaliação de ações desenvolvidas desde 2017 e plano de trabalho 2019-2020 integrado ao planejamento da ONU Mulheres Brasil.

Saiba mais: unumulheres.org.br/mulheresnegras

[Direitos das mulheres avançam na ONU e em instituições internacionais, por Giulliana Bianconi](#)

Mesmo diante de resistência do atual governo, articulação internacional consistente demonstra força em defesa da equidade de gênero e repercute no Brasil
(Época, 21/07/2019 - acesse no site de origem)

As votações do Brasil em Genebra, dias atrás, sobre temas relacionados aos direitos das mulheres, durante a 41ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, não trazem nada de novo sobre o governo Bolsonaro e a linha de atuação já fortemente publicizada pelo chanceler Ernesto Araújo e sua equipe. Aliás, já é hora de parar de se espantar a cada sinal dado de que as políticas de estado, incluindo as diretrizes da política externa liderada por Araújo, não rumam para a busca da equidade de gênero. Esse é um governo, afinal, “terrivelmente cristão”, e não é possível falar sobre equidade de gênero partindo prioritariamente de qualquer religião.

Ou os ministros e gestores públicos optam por abraçar as evidências, os dados, as análises técnicas e a realidade de constantes violações de direitos das mulheres e da população LGBT+, ou tudo o que se pode esperar dos ministérios ideológicos e seus órgãos relacionados são votos conservadores em reuniões internacionais, políticas públicas que desconsideram todo o repertório sobre equidade de gênero acumulado por organismos como a ONU e discursos que eventualmente vão virar memes na internet (“menino veste azul e menina veste rosa”).

Isso não quer dizer, entretanto, que os direitos das mulheres estão na berlinda nas Organizações das Nações Unidas, nem muito menos que o trabalho por equidade feito no Brasil por organismos como a ONU Mulheres esteja enfraquecido. Para além dos votos que a embaixadora do Brasil na ONU, Maria Nazareth Farani Azevedo — a representante do país em todas as votações em Genebra —, deferiu na semana passada na reunião do Conselho de Direitos Humanos para as pautas relacionadas à violência e discriminação contra mulheres e meninas e o casamento prematuro e forçado de crianças, há uma articulação internacional consistente, global e regional, cuja força é inegável e repercute no Brasil. Ao votar, por exemplo, a favor de emenda apresentada por Egito e Iraque que pedia a retirada do termo “direito à saúde sexual e reprodutiva” do texto que tratava sobre casamento prematuro, Maria Nazareth apenas reafirma a postura ultraconservadora do governo sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, mas não muda o curso do rio. Afinal, a emenda não avançou e o termo pode ser encontrado na [terceira página da Resolução sobre a questão](#), documento

oficial da ONU que serve como orientação aos países para lidar com o tema.

Como as mulheres vêm lutando com êxito há décadas na ONU, esse foi o desfecho, inclusive, de todos os votos conservadores do Brasil relacionados aos direitos das mulheres na ocasião: não representaram o que passaram a ser, ao final do encontro que envolveu os 47 países membros do Conselho de Direito Humanos, as três principais resoluções para os direitos das mulheres. Organizações da sociedade civil e especialistas de diversos países pró-direitos que acompanham todo o processo de votação e construção dos documentos consideram as medidas positivas por reafirmarem compromissos que dialogam com a busca pela equidade.

É preciso observar que apesar ter havido alinhamento do Brasil aos países que propuseram emendas para a retirada do termo gênero, direitos reprodutivos, entre outros, ainda não há uma radicalização do país no sentido de votar ou se abster de qualquer proposta que contemple o termo gênero. A embaixadora brasileira apertou “sim” na votação pela manutenção de um especialista em proteção contra a violência e a discriminação baseada na orientação sexual e na identidade de gênero, enquanto países como Afeganistão, China, Egito e Paquistão votaram pelo “não”.

Sob os holofotes pela votação que vai contra a tradição do Brasil nos temas e gênero na ONU está Maria Nazareth Farani Azevedo, diplomata de carreira com mais de 30 anos de atuação, embaixadora também nos governos Lula e Dilma e sem qualquer atuação pública expressiva no campo dos direitos das mulheres. No atual governo, tem atuado sem criticar até o momento posições do presidente ou do chanceler, e até já saiu em defesa de Jair Bolsonaro em março, em Genebra, quando rebateu críticas feitas ao presidente pelo ex-deputado Jean Wyllys. Ela afirmou que o presidente não era fascista, nem racista e que seu governo não é uma organização criminoso.

A embaixadora pode seguir protagonizando votações que contrastam com avanços e com o trabalho por manutenção de direitos das mulheres liderado por grupos políticos e organizações da sociedade civil caso o Brasil seja reeleito para Conselho de Direitos Humanos da ONU, em outubro. O documento em que o país pleiteia novamente a vaga (para o triênio 2020-2022) já foi enviado ao órgão e exclui o termo “gênero” enquanto inclui “promoção da família”. A palavra gênero é contemplada de forma estratégica pelas mulheres na ONU desde 1995, ano da IV Conferência Mundial das Mulheres em Beijing, evento-marco para o movimento das mulheres no mundo e na América Latina. Foi lá que a “Declaração e Plataforma de Ação de Pequim” foi lançada, estabelecendo objetivos no enfrentamento às desigualdades de gênero. As relações de poder entre homens e mulheres foram problematizadas levando em conta os papéis atribuídos às mulheres e aos homens, avançando no sentido de superar o debate antes tão pautado na diferenciação biológica.

No Brasil, a ONU Mulheres segue com uma agenda ampla e intensa, atuando em território nacional por meio de parcerias com governos locais, estaduais, com projetos que versam sobre representatividade feminina na política, sobre enfrentamento à violência contra as mulheres, sobre promoção de lideranças e equidade no mercado de trabalho. Em Brasília, promove periodicamente fórum de mulheres que estão em cargos da política, seja no Executivo ou no Legislativo, e dialoga intensamente com o judiciário para contribuir com o amadurecimento no trato às questões de gênero na política. Liderada até o início do ano pela mexicana Nadine Gasman, que manteve por anos no centro do trabalho da sua equipe a pauta da promoção de lideranças políticas femininas, a ONU Mulheres no momento seleciona a nova representante para o país, levando em consideração a necessidade de manter algum diálogo com o governo

que publiciza nacional e internacionalmente a intenção de retrocesso nos direitos.

Giulliana Bianconi é jornalista, diretora da Gênero e Número, organização de mídia que atua na intersecção entre pesquisa, jornalismo de dados e debate sobre gênero e direitos das mulheres.

ONU Mulheres tem plataformas de apoio à gestão pública sobre direitos das mulheres, igualdade de gênero e sustentabilidade

Plataformas [Cidade 50- 50](#) e [Brasil 50-50](#) propõem ciclo de compromisso público entre lideranças, autoridades públicas e população com os direitos das mulheres, igualdade de gênero e sustentabilidade do início da apresentação de candidatas e candidatos à administração pública

Prefeituras e governos estaduais e federal contam com duas plataformas de apoio à gestão governamental com enfoque na [Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável](#), desenvolvidas pela ONU Mulheres Brasil. As ferramentas de apoio à administração pública foram desenvolvidas para facilitar a resposta de governos aos [17 Objetivos Desenvolvimento Sustentável](#), beneficiando homens e mulheres a partir de políticas, programas e investimentos públicos voltados à igualdade em municípios, estados e em todo o país.

São ações que podem ser adotadas: criar orçamento específico para alcançar os objetivos, alinhar as políticas do governo à Agenda 2030 para eliminação das desigualdades de gênero, aumentar o apoio para organizações de mulheres, promover a participação das mulheres na elaboração das políticas públicas, assegurar o monitoramento sistemático dessas ações e monitorar o progresso na vida de homens e mulheres com base em políticas e investimentos públicos.

As duas plataformas [Cidade 50- 50](#), lançada no ano de 2016, e [Brasil 50-50](#), ativa desde 2018, propõem ciclo de compromisso público entre lideranças, autoridades públicas e população com os direitos das mulheres, igualdade de gênero e sustentabilidade do início da apresentação de candidatas e candidatos à administração pública - para elaboração de programas de governos com atenção aos direitos das mulheres -, até o encerramento da gestão no Executivo municipal, estadual ou federal.

“Com os ODS, os governos do mundo são convidados a traçar planos e políticas que beneficiem toda a população e para não deixar ninguém para trás do desenvolvimento. Assegurar os direitos das mulheres implica estabelecer planos de governos precisos e, muitas das vezes, arrojados para que sejam realmente eliminados os obstáculos que impedem as mulheres de acessar direitos e cidadania por meio de políticas públicas e programas sociais”, afirma a

representante interina da ONU Mulheres Brasil, Ana Carolina Querino.

Com mais de 208 milhões de habitantes, sendo 52% de mulheres e 48% de homens, o Brasil apresenta dados elevados de desigualdades de gênero. A renda média de mulheres é de R\$ 2.050,00 enquanto a de homens é de R\$ 2.579,00. Enquanto no mundo, cerca de 23,5% de mulheres estão no parlamento nacional; no Brasil, a representação política das mulheres é de 15% para a Câmara dos Deputados e 14,8 para o Senado.

Alterar essa realidade desigual e alcançar oportunidades e direitos iguais são propósitos da iniciativa internacional [Por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero](#), elaborada pela ONU Mulheres e apoiada por mais de 90 países, entre os quais o Brasil, com enfoque na Agenda 2030.

No Brasil, a iniciativa foi adaptada à realidade do país e vem sendo discutida por gestores e gestoras de governos estaduais e municipais para implementação local. De acordo com Ana Claudia Pereira, gerente de Projetos da ONU Mulheres para Normas Globais, Governança, Liderança e Participação Política, o primeiro passo é desenvolver projetos-piloto com parcerias governamentais e consolidar os modelos de gestão mais adequados com base nesses projetos, divulgá-los em âmbito nacional e internacional e, por último, promover intercâmbio de experiências com os outros países.

“Esperamos ter muito sucesso com o programa, pois vai servir de exemplo nacional e internacional, mostrando que é possível, com poucos recursos ou redirecionamento de recursos, fazer políticas que beneficiem homens e mulheres e que os considerem igualmente”, considera.

Cooperação técnica e assessoria especializada - O [município de Itabira](#), em Minas Gerais, e o [estado de Alagoas](#) são os primeiros a iniciarem negociações para adesão às plataformas de apoio à gestão governamental sobre direitos das mulheres, igualdade de gênero e sustentabilidade.

Ana Claudia ressalta que: “A adesão de estados, cidades e municípios é importante pois demonstra uma vontade no país de trabalhar esse tema, que estamos respondendo a essa demanda da população e que há pioneiros nesse trabalho”.

Além das desigualdades de gênero, raça e etnia verificada em dados sociodemográficos, a população também sinaliza a compreensão dessa realidade e tem expectativas de mudanças por meio de políticas e investimentos públicos com enfoque em gênero e sustentabilidade. “Se a política não conseguir enxergar essa porção da população excluída e que precisa ser atendida com urgência, a política não vai funcionar. Nos dados vai ser observado que o país não avançou tudo que podia ter avançado, porque não olhou para as mulheres”, constata Ana Claudia Pereira.

Opinião pública e políticas focalizadas - Duas pesquisas de opinião pública Ibope/ONU Mulheres apuraram a percepção pública de brasileiros e brasileiras acerca de políticas focalizadas com base na igualdade de gênero. No ano de [2016](#), 75% dos brasileiros e brasileiras consideraram de grande ou extrema importância que gestores, gestoras, legisladores

e legisladoras desenvolvam políticas de promoção da igualdade entre mulheres e homens. Considerando-se apenas as mulheres, esse número cresce para 78%, enquanto entre os homens é de 71%.

Indicador de demanda por equidade de gênero em políticas - Para chegar ao inédito indicador de demanda por equidade de gênero nas cidades, as pessoas entrevistadas responderam sobre que grau de importância vereadoras, vereadores, prefeitas e prefeitos devem dar a três dimensões: mesma oportunidades de acesso e desenvolvimento na educação e na cultura; no mercado de trabalho e mesmos salários; e de atuação nos partidos políticos e nos governos.

Para 77% são muito/extremamente importantes políticas públicas que incentivem as mesmas oportunidades de acesso e desenvolvimento na educação e na cultura. 78% consideram muito ou extremamente importante que as prefeituras e câmaras municipais promovam políticas que incentivem o acesso de mulheres e homens as mesmas oportunidades de trabalho e mesmos salários. E 69% consideram muito/extremamente importante que prefeitos/as, prefeitas, vereadoras e vereadores promovam políticas visando assegurar oportunidades iguais de atuação em partidos políticos e governos para mulheres e homens.

Colaboração entre União, estados e municípios - Em 2018, 81% consideram [na pesquisa](#) ser extremamente importante que o Executivo Federal estimule o acesso de mulheres e homens às mesmas oportunidades de trabalho e mesmos salários. Em relação ao transporte público, 77% das pessoas entrevistadas consideram que deve ser alta a importância o Governo Federal fazer parcerias com estados e municípios para garantir transporte público de qualidade. No que se refere à educação pública, 83% avaliam ser de extrema importância o governo auxiliar os municípios na ampliação do número de vagas em creches.

ODS e a igualdade de gênero - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável são compromissos abrangentes, transversais e profundos, ou seja, se cumpridos, podem alterar profunda e positivamente a sociedade. Para que isso ocorra, benefícios devem ser alcançados igualmente para homens e mulheres. Apesar de existir o ODS 5, específico sobre igualdade de gênero, as mulheres estão presentes nas metas e indicadores de todos os demais 16 objetivos globais.

Um dos desafios da ONU Mulheres é a transversalização de gênero e a interseccionalidade nos ODS, ou seja, contemplar todas as mulheres e suas diferenças, que envolvem, entre muitos outros aspectos, classe, raça, etnia, cultura, localização geográfica, estado civil, religião, orientação sexual e identidade de gênero, idade e nacionalidade.

Confira:

- [Pesquisa Ibope/ONU Mulheres 2016 - indicador de demanda de igualdade de gênero nas cidades](#)
- [Pesquisa Ibope/ONU Mulheres 2018 - indicador de demanda de igualdade de gênero no país](#)

Acesse: cidade5050.org.br e brasil5050.org.br

ONU Mulheres vai premiar empresas brasileiras por suas políticas de equidade de gênero

Prêmio WEPs Brasil, que está em sua terceira edição, tem inscrições abertas até 31 de maio. Companhias serão avaliadas por uma comissão técnica

(O Globo, 15/05/2019 - acesse no site de origem)

A busca por igualdade de gênero está nas escolas, na política, nas ruas e também nas empresas. Com nível educacional maior do que os homens, a participação das mulheres no mercado de trabalho é preponderante, mas a subrepresentação ainda é presente nos cargos de chefia.

De acordo com o Instituto Ethos, que mapeou as 500 maiores empresas baseadas no Brasil, o sexo feminino têm vantagem em relação aos homens entre estagiários e aprendizes, com a participação de 58,9% e 55,9%, respectivamente. A pesquisa aponta que elas perdem espaço a partir dos cargos de trainees, com 42,6%, e representam 35,5% do quadro funcional. Estão ainda menos presentes nos cargos de gerência, compondo 31,3% do efetivo, 13,6% no quadro executivo e 11% no conselho de administração. Um cenário que precisa mudar.

Para incentivar e reconhecer os esforços das empresas pelo empoderamento das mulheres e a equidade de gênero, a ONU Mulheres no Brasil com a chancela do UN Global Compact, promove o Prêmio WEPs Brasil - Empresas Empoderando Mulheres (WEPs, sigla em inglês de *Women's Empowerment Principles*). Além de valorizar as ações afirmativas das organizações, a premiação, que está com inscrições abertas até o dia 31 de maio, cria uma rede onde é possível compartilhar experiências e boas práticas no tema.

Para a gerente de projetos da ONU Mulheres no Brasil, Adriana Carvalho, a demanda das empresas pelo tema de igualdade de gênero e diversidade é crescente. A executiva ressalta que as ações têm ganhado corpo no meio corporativo, mas é essencial a definição de metas para atingir resultados efetivos.

— O primeiro passo é a intenção para a mudança. A empresa tem que ter meta e aspirar a isso. Essa jornada requer consistência, planejamento de longo prazo, dedicação de recursos e mensuração para que as medidas sejam de fato efetivas, gerando impacto na organização e seus *stakeholders* — comenta Adriana.

Igualdade de gênero significa bons negócios

Como parte das ações preparatórias da premiação, a ONU Mulheres realizou no Rio um encontro com representantes de negócios para trocar experiências sobre as ações no meio corporativo e apresentar os critérios de avaliação e o cronograma do WEPs Brasil (confira no final desta matéria os detalhes para participação). Em sua terceira edição no país, a iniciativa

conta com 210 empresas engajadas.

Para a diretora de comunicação da Michelin, Glauce Ferman, o encontro foi uma oportunidade de conhecer as ações que estão sendo desenvolvidas por outras empresas. Além disso, a executiva acredita que o processo de inscrição é uma ferramenta de análise importante.

— O questionário é um convite para a reflexão e permite que as empresas identifiquem onde estão e para onde querem ir. Acredito muito na troca e nos exemplos que, mesmo quando pequenos, fazem a diferença — analisa Glauce.

Na última edição do WEPs Brasil, realizada em 2016, as organizações participantes do prêmio representavam 8% do PIB brasileiro. Em 84% das empresas classificadas, a diferença salarial entre homens e mulheres é menor do que 10%. Em 34% delas, a média de colaboradores do sexo feminino em cargos de gerência e alta direção varia entre 30% e 50%.

Como participar do WEPs Brasil 2019

Podem participar do prêmio pequenas, médias e grandes empresas, privadas e públicas, subsidiárias de multinacionais e/ou suas filiais no Brasil. A inscrição é realizada no site (www.premiowepsbrasil.org) e consiste no preenchimento de um questionário elaborado de acordo com os preceitos dos Princípios para Empoderamento das Mulheres (WEPs). O formulário possui especificidade de acordo com o porte da instituição, baseado em seu faturamento do ano anterior.

É realizado um cadastro e preenchimento do questionário de autoavaliação. A empresa interessada submete o documento à análise de regularidade fiscal. As respostas são avaliadas por uma comissão técnica e os participantes selecionados são submetidos a uma segunda etapa que consiste em uma visita à empresa.

Após a visita é anunciada a nova classificação e os selecionados vão para a etapa final: uma cerimônia de premiação que condecora as empresas nas categorias ouro, prata, bronze e menções honrosas.

As empresas podem interromper o processo de inscrição a qualquer momento, pois o sistema salva automaticamente os dados informados. O sistema ficará disponível para preenchimento e alterações até a data prevista para o encerramento do período de inscrições.

Karen Garcia, estagiária sob supervisão de Renata Izaal

[UNOPS Brasil e ONU Mulheres lançam campanha digital de empoderamento feminino e infraestrutura para igualdade](#)

de gênero

Campanha digital Mulheres na Infra, Infra para Mulheres, nas plataformas Facebook e Instagram, quer chamar a atenção para a atuação de mulheres profissionais na área de infraestrutura e informar sobre como o investimento em infraestrutura pode contribuir para promover a igualdade de gênero.

(ONU Mulheres, 25/03/2019 - acesse no site de origem)

O Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) e a ONU Mulheres lançam nesta terça-feira (26/3), a campanha digital Mulheres na Infra, Infra para Mulheres, nas plataformas Facebook e Instagram. O objetivo da ação é chamar a atenção para a atuação de mulheres profissionais na área de infraestrutura e informar sobre como o investimento em infraestrutura pode contribuir para promover a igualdade de gênero.

De acordo com as duas organizações, que integram o Sistema das Nações Unidas, a campanha tem duração prevista de um ano, com posts publicados semanalmente. Serão postadas fotos de mulheres que atuam na área de infraestrutura e informações sobre sua trajetória profissional. O objetivo é contribuir para que mais mulheres percebam as possibilidades de atuação nessa área.

De acordo com a representante do UNOPS no Brasil, Claudia Valenzuela, a maioria dos cargos técnicos nas áreas de engenharia e arquitetura do UNOPS no país são ocupados por mulheres. Porém, ela lembra que, nas universidades, as mulheres representam menos de 28% do total de alunos matriculados nas engenharias (de produção, civil e industrial) e em tecnologia, segundo dados da UNESCO. “Queremos que mais mulheres percebam que a área de infraestrutura também é para elas, por isso criamos a campanha em parceria com a ONU Mulheres”, afirma a representante.

Valenzuela explica ainda que uma das metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas - é aumentar o uso de tecnologias para promover o empoderamento das mulheres. “Esta campanha contribui exatamente para isso, empoderando mulheres para que busquem mais trabalhos na área de infraestrutura”, finaliza ela.

Além disso, a campanha também tratará da infraestrutura para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres com dados e informações, contribuindo para que se circulem mais informações sobre o tema. “Investimentos em infraestrutura que levem em consideração as necessidades e as vidas das mulheres podem ter um impacto positivo da autonomia das mulheres e na promoção da igualdade de gênero”, segundo a representante interina da ONU Mulheres no Brasil, Ana Carolina Querino.

“Uma infraestrutura pensada para a igualdade de gênero é fundamental para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável relacionados à igualdade de gênero, erradicação da pobreza, saúde e bem estar, redução das desigualdades, trabalho decente e adaptação à mudança climática”, explica a representante da ONU Mulheres no Brasil.

A sociedade civil também está convidada para se somar à campanha. Mulheres podem participar postando sua foto e sua história profissional, com a #mulheresnainfra. Também é

possível entrar no debate sobre infraestrutura para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres utilizando #infraparamulheres com informações sobre este tema.

[Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil, será nova ministra das Mulheres no México](#)

Em entrevista ao HuffPost, ela afirma que o Brasil só atingirá metas de igualdade de gênero se mantiver ações afirmativas.

[\(HuffPost Brasil, 23/02/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Após 5 anos, Nadine Gasman, 60, deixará o cargo de representante da ONU Mulheres no Brasil. Na próxima segunda-feira (25), ela ocupará o cargo de presidente do Instituto Nacional das Mulheres do México (Inmujeres), o equivalente à ministra das Mulheres no país.

O presidente [Andrés Manuel López Obrador](#) anunciou na última quarta-feira (20) o nome de Gasman para o Inmujeres. “É uma honra poder voltar ao meu país de origem neste momento da minha carreira e com todo o conhecimento que adquiri aqui no Brasil”, afirmou em entrevista ao HuffPost Brasil.

Até o momento não foi anunciada uma substituta para o cargo no Brasil. Ana Carolina Querino, oficial nacional de Programas da ONU, será a representante interina até a chegada de uma nova representante.

“O México está vivendo um momento histórico, uma mudança. É a primeira vez que um partido de esquerda está no governo. A proposta é de transformação, de pacificação, muito na linha do que eu como pessoa estou alinhada e também do que a ONU propõe”, disse à reportagem.

Mestre em Saúde Pública pela Universidade Harvard e doutora em Gerenciamento e Políticas da Saúde pela Universidade Johns Hopkins, ambas nos EUA, Gasman tem nacionalidade mexicana e francesa e está na ONU desde 2005. Além de ter sido representante no Brasil, ela já dirigiu campanha pelo fim da violência contra as mulheres para a América Latina e o Caribe.

Ela avalia que, em 5 anos no Brasil, diferentemente de outros países, foi possível ver os efeitos práticos de políticas públicas na vida das mulheres.

“Elas [políticas públicas] têm um efeito objetivo na vida das mulheres. Principalmente na vida das mulheres mais pobres. Para mim, sempre foi muito comovente ouvir as mulheres mais jovens dizer ‘olha, eu estou aqui por causa das cotas. Estou aqui pelo Pronuni’. É uma coisa que se fala muito na teoria, mas que no Brasil a gente vê na prática”.

A futura representante da Inmujeres ainda afirma que o movimento feminista no Brasil tem

“força, sabedoria e resiliência” e que, ao longo dos anos, desenvolveu mecanismos para que suas vozes fossem ouvidas pelo Estado.

Os objetivos da ONU até 2030

Em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a [Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável](#). Com 17 objetivos globais, os Estados-membros aprovaram um plano de ação para promover o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza até 2030.

Foram definidas outras 169 metas globais com foco nas pessoas, no planeta, na prosperidade e na paz mundial. As metas para o alcance da igualdade de gênero estão concentradas no [Objetivo de Desenvolvimento Sustentável \(ODS\)](#).

Um dos tópicos diz que é preciso “eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.”

Outro afirma que é fundamental “garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.”

“Elas têm um posicionamento valente. São diversas, atuantes e tiveram espaço significativo nas conferências internacionais provando que existem vozes que ainda precisam ser ouvidas.”

Ela cita a Lei Maria da Penha como um dos resultados dessa mobilização. “Antes do movimento que elaborou a lei, a violência era uma questão privada. Hoje é uma questão de todos e principalmente de Estado. Todo mundo no Brasil sabe que violência contra a mulher é crime. Isso formou uma consciência social. É preciso cada vez mais ensinar que não é aceitável e, principalmente, é evitável.”

Segundo relatório do UNODC (Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime), a cada 6 horas uma mulher é vítima de feminicídio no mundo. A [pesquisa](#) aponta que, em 2017, 87 mil mulheres foram vítimas de feminicídio e mais da metade delas (58%), cerca de 50 mil, foram mortas por conhecidos, companheiros, ex-maridos ou familiares.

Para Gasman, não há exagero em dizer que é só mantendo e aprimorando as ações afirmativas que foram construídas nos últimos 20 anos que o Brasil poderá alcançar as metas de igualdade de gênero propostas pela ONU.

“O Brasil tem tudo para atingir as metas. Mas as políticas públicas têm que ser mantidas e aprimoradas. É uma questão de decisão política, de prioridades de investimento não só em nível federal, mas também estadual e municipal.”

A ONU Mulheres global abrirá um processo seletivo público e informa que, até o momento, não há previsão de quando a seleção será iniciada e de quando o Brasil terá uma nova representante oficial.

Andréa Martinelli